

Convênios melhoram infraestrutura digital da UEL

Acordos representam avanços tanto para as atividades acadêmicas quanto administrativas

BIA BOTELHO

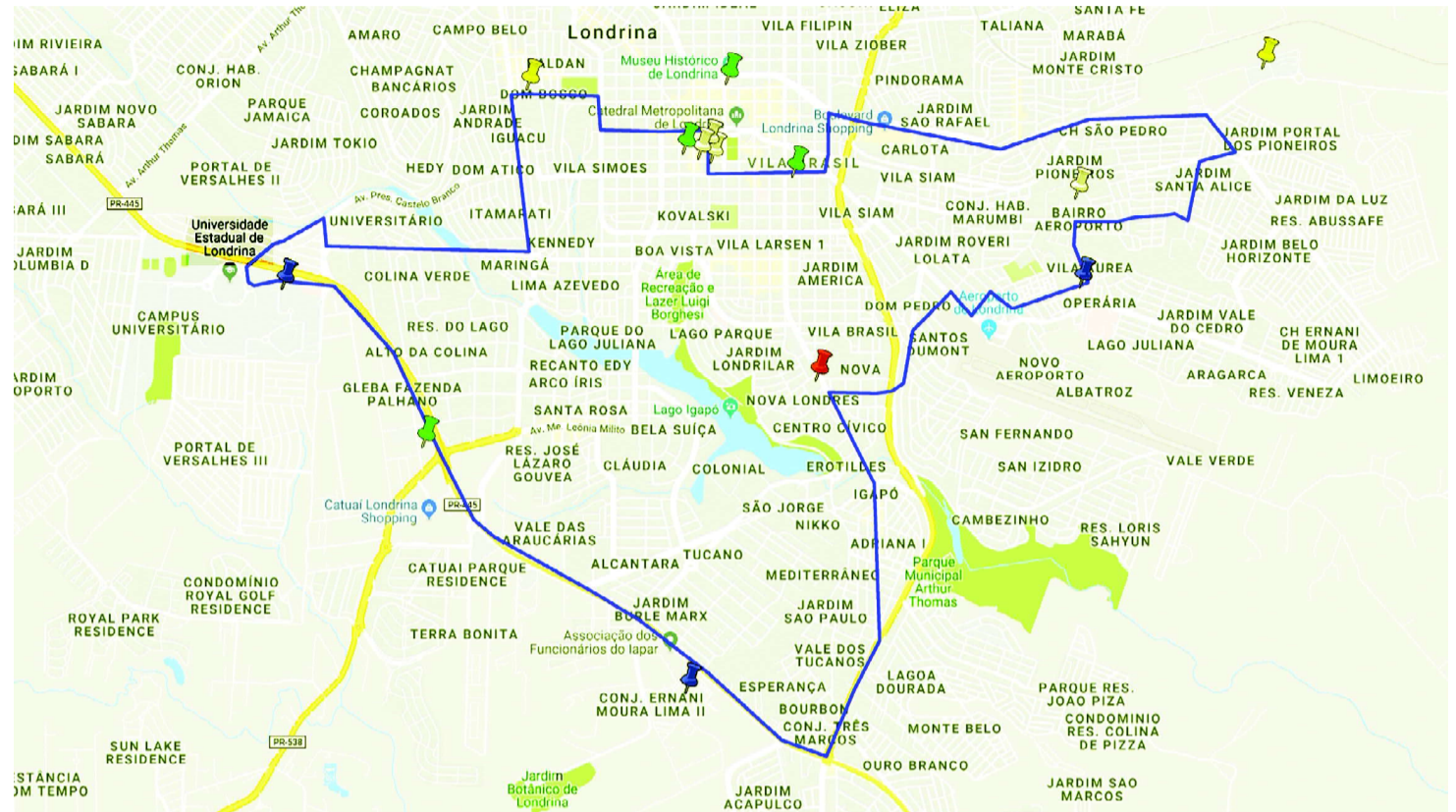
Uma rede de fibra ótica para integrar os órgãos estaduais e federais da região metropolitana de Londrina e um sistema eletrônico de gestão de processos da Universidade. As duas melhorias digitais foram firmadas oficialmente este mês com assinatura de convênio pela reitora Berenice Quinzani Jordão e devem ser implantadas nos próximos meses.

O primeiro documento é um memorando de entendimento com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), do Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal, para o acesso as Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa (Redecomep).

O objetivo do Redecomep é implementar redes de alta velocidade em regiões metropolitanas do país. De acordo com Leonardo Pinheiro, diretor da Assessoria de Tecnologia da Informação (ATI), um anel de fibra ótica será formado na região metropolitana para atender órgãos públicos estaduais e federais, além de melhorar o acesso à internet e permitir a integração de ensino e pesquisa entre eles.

A UEL recebe a infraestrutura central e vira ponto de agregação de um núcleo formado por Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), Prefeitura de Londrina, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Instituto Federal do Paraná (IFPR), Empresa Brasileira de Pesquisa Agrônômica (Embrapa), além de órgãos da Universidade, Hospital Universitário (HU), Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos (EAAJ), Clínica Odontológica Universitária (COU), Museu Histórico de Londrina e no Centro de Eventos Professor Reynaldo Ramon (antiga Equipe).

Leonardo Pinheiro afirma que todos esses locais acessam a internet



pela RNP, porém individualmente, cada um ligado à Central localizada em Curitiba. Ele explica ainda que, com a criação dessa rede, a internet será compartilhada e os custos também. A UEL, por exemplo, segundo ele, gasta mensalmente R\$ 23 mil com serviços de internet. “A Universidade terá uma economia muito grande com a implantação da rede”, ressalta Leonardo Pinheiro. Conforme informações da ATI, a partir desse mês, serão iniciados os ajustes e em outubro a rede já deve estar estabelecida na região metropolitana.

De acordo com a reitora da UEL, Berenice Jordão, a tentativa de participar da Redecomep começou na gestão anterior, porém o Ministério da Ciência e Tecnologia atendia apenas a órgãos federais. Para Berenice Jordão, é uma conquista muito significativa para a Universidade, bem como um importante passo para a modernização e integração com os demais órgãos de pesquisa da cidade.

SEI - O segundo convênio, também assinado recentemente, é um acordo de colaboração técnica com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), de Porto Alegre, para a utilização do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), um software do governo, utilizado por todas universidades federais. Este sistema vai permitir que todos os processos em suporte papel da Universidade sejam feitos digitalmente. “Estamos buscando solução para maior agilidade, menor burocratização, menor custo, além da perspectiva de inserir a Universidade num sistema informatizado”, destacou a reitora.

A ferramenta será utilizada pelo Sistema de Arquivos da UEL (SAUEL), que atualmente protocola todos os processos da Universidade em papel. Segundo Edson Holtz, diretor do SAUEL, só em 2017 foi registrada a abertura de 26 mil processos em suporte papel. Com o Sistema Eletrônico de Informação, criado e cedido gratuitamente pelo TRF-4, segundo Edson, a expectativa é atribuir mais agilidade

administrativa. “A tendência é que cada vez mais os processos e as informações tramitem digitalmente dentro da Universidade”, completou Holtz.

O diretor explica ainda que no início da implantação o sistema será híbrido, com tramitação digital e também em suporte papel, até que se chegue a todo processo digital, como já ocorre na Universidade de Brasília e Universidade Federal do Paraná, instituições que já utilizam o SEI. Ainda segundo o diretor do SAUEL, a ferramenta é segura, pois não permite que documentos sejam retirados, apenas adicionados. A criação de um login de acesso gera uma assinatura digital, o que permite que o processo seja acessado e assinado de qualquer lugar do mundo. “Dá um clique e já está assinado”, resume Holtz.

A implantação do SEI está na etapa de estudo, planejamento e avaliação. Com a liberação do acesso e do software pelo TRF, no próximo semestre as atividades de protocolos digitais devem se iniciar.